O CONTEÚDO NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

ROSENILDA BESSA DE JESUS BRANDÃO

RESUMO

Esse artigo pretende trazer informações a respeito dos conteúdos durante o processo ensino aprendizagem. Por intermédio do conhecimento, dos conteúdos que são ensinados nas escolas - e das formas de fazê-lo - "abrimos" aos alunos as janelas da realidade, do presente, do passado e do futuro. Passou o tempo em que estes eram quase os únicos existentes; agora, as fontes de informação e experiência são variadas e poderosas. Mas isso não torna o conhecimento e como trabalhar com ele na escola menos importante. Mudou seu "conteúdo" e seu significado. Não é mais missão da escola transmitir ou dar acesso à informação, mas fazer com que os alunos a transformem em conhecimento, participar da reelaboração da cultura, de forma ativa e crítica.

Palavras-chave: Conhecimento; Cultura; Crítica.

INTRODUÇÃO

Ao contrário do que tem sido costumeiro - e ainda é para uma boa parte do corpo docente, principalmente no ensino médio - o conhecimento não deve ser considerado como "algo a aprender", mas sim como "matéria-prima para o pensamento". Conhecimento são estruturas ou sistemas de pensamento sobre o mundo e sobre nós mesmos. Acessá-lo significa acessar a compreensão, permitindo que os alunos compreendam seu mundo e sejam capazes de agir sobre ele, significa emancipá-los para que o conhecimento lhes permita fazer seus próprios julgamentos em vez de depender dos outros.

Em suma, um conhecimento deve ser relevante, que mobilize as capacidades intelectuais e afetivas, satisfazer as necessidades de compreensão e explicação do ser humano que continua a ser o motor do seu desenvolvimento. Portanto, não há exigência mais óbvia e "natural" do que pedir que aquele que levamos para a escola cumpra a mesma função.

Agora, isso nos força a reconsiderar muitas coisas, já que estamos falando de uma escola universal e obrigatória, devemos diversificar as fontes de conhecimento, o que significa que as disciplinas acadêmicas não podem ser as únicas possíveis.

Por outro lado, é essencial - com base nos requisitos mencionados - selecionar aquele conhecimento, proveniente de disciplinas científicas ou de qualquer outro campo, com maior potencial explicativo e criativo, ou seja, capaz não apenas de nos permitir compreender o mundo, mas também de problematizá-la. E da mesma forma, modificações terão que ser introduzidas na forma de organizar esse conhecimento. Se queremos que seja relevante, que os alunos cuidem, que os "afete", deve ser articulado em torno de problemas, temas que façam sentido para os alunos, que lhes permitam conectar e reestruturar o que já sabem com o que lhes oferecemos; que têm incentivos para fazer o esforço de investigar, analisar, questionar (se).

O conhecimento que manejamos na escola é um produto específico dela, qualitativamente diferente daquele outro de onde vem, seja nas disciplinas científicas, na realidade social ou em qualquer outro lugar, porque tanto suas características, como seu significado e sua função são completamente diferentes.

As soluções devem passar pela inovação, pela experimentação, pela proposição de alternativas que terão de ser postas em prática, analisadas, remodeladas em uma busca permanente. E provavelmente, sempre

insatisfatório e melhorável porque é preciso se pronunciar, se posicionar, diante de múltiplos dilemas.

A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO

Poderíamos dizer que a avaliação é a "pedra de toque" do ensino, não no sentido de testar a autenticidade, força e coerência de dois princípios pedagógicos que supostamente nos orientam. Defende-se que a escola deve estimular a reflexão, a crítica e a participação e depois e validada por meio de questões a serem pré-preenchidas por cópia do texto e por meio de exames onde são solicitadas dadas e nomes mais longos, é evidente que é verdade que o norte não é manifesto, mas aprendido mecanicamente memorizado, uma transcrição rotineira e acrítica.

Na maioria das vezes, no sistema educacional, os docentes avaliam os discentes sem processar, primeiramente, com os instrumentos adequados, as medidas oportunas. É o caso daqueles professores que já vão logo emitindo um juízo de valor sobre o aluno, sem antes, metodicamente, tentar esgotar os registros dos desempenhos que, integrada e organicamente, justificam tal juízo. "Este aluno não tem jeito para estudar". "Aquele outro aluno é um indisciplinado incurável".

"Ah, este não participa de nada". (RO-

MÃO, 2001, p. 76)

A avaliação aponta para o que é realmente valioso na escola, pois implica para os alunos, no último ano, passar ou não passar no curso e, muitas vezes, colocar-se numa hierarquia de qualificações, com possível transcendência para o futuro.

Revisar as formas de avaliação e seus conteúdos ajuda muito a esclarecer os valores em uso, aqueles realmente cumpridos, da ação pedagógica.

Na revista Magistério 4, o Presidente do MEC, Francisco José Soares afirma que:

A criança vai à escola para aprender. Aprender alguma coisa. Provavelmente coisas que ela não pode aprender em casa: uma palavra difícil, um conceito, uma experiência. É uma espécie de "instrução", aliás, uma palavra meio incorreta atualmente na educação. (SOARES, 2015, p.6)

Na escola, não são atendidos apenas os propósitos expressos dos professores, nem, além disso, os propósitos expressos da Constituição e das leis. Nesse quadro evidente, cruzam-se os propósitos confessados e não confessados de diversos setores e classes sociais, que se manifestam pela instituição como em outras instâncias da sociedade. Para avaliar, esses interesses podem ser impostos com força especial, devido às implicações do processo.

A discriminação, a justificação das desigualdades ou o controlo sobre os menos poderosos tendem a manifestar-se particularmente neste momento. Não se trata de um plano diabólico, mas sim de uma cadeia de imprensas, ideologias e ações ao longo do tempo.

Da mesma forma, a avaliação baseada em exercícios desprovidos de significado real, altamente educados, cheios de termos técnicos para memorizar, tende a desfavorecer ainda mais estudantes de setores de baixa renda, cujos países não podem ajudá-los, estudamos, cujas casas são privadas de livros ou periódicos e que, por essas e outras razões, temos muito mais dificuldade em aceitar um ensinamento pouco relevante e de convencionalismos que não conhecemos.

Pais, sistema de ensino, profissionais da educação, professores e alunos, todos têm suas atenções centradas na promoção, ou não, do estudante de uma série de escolaridade para a outra. O sistema de ensino está interessado nos percentuais de aprovação/reprovação do total dos educandos; os pais estão desejosos de que seus filhos avancem nas séries de escolaridade; os professores se utilizam permanentemente dos procedimentos de avaliação como elementos motivadores dos estudantes, por meio da ameaça; os estudantes estão sempre na expectativa de virem a ser aprovados ou reprovados e, para isso, servem-se dos mais variados expedientes. (LUCKESI, 1997, p.18)

Além disso, ou controle social muitas vezes, faz parte da avaliação, ganhando pontos e reconhecimento por comportamentos mais submissos a rituais e normas estabelecidas, cuja principal razão de ser é incutir obediência cega e respeito inquestionável ao status quo.

Melchior (2004, p. 39) nos diz que a

[...] avaliação deve ser realizada mediante a obtenção de informações precisas, em etapas sistemáticas, sobre os conhecimentos do indivíduo e de sua formação. O conhecimento é expresso pelos seus desempenhos frente às tarefas propostas. As atitudes expressam a formação e os valores do indivíduo. As aprendizagens estão relacionadas e condicionadas tanto pelo ambiente de aprendizagem vivenciado na escola como pelas propostas de atividades. A avaliação deve ser um mecanismo regulador da prática educativa, através da compreensão de si mesma e da tomada de decisões a partir dos seus resultados.

Por fim, ou sem sucesso, a qual ou um dos alunos é impurizado por uma constelação de circunstâncias sociais e escolares, toma-se como justificativa para a saída precoce do sistema educacional. Não é a escola que deixa de ajudar as crianças, não é o sistema social que nega oportunidades às crianças, são eles, seus próprios filhos, que são culpados pela repetência e/ou deserção, por não conseguirem superar o mínimo padrões.

Devemos estar atentos para que, ao se realizar uma ação avaliativa, para que ela não seja tomada por aqueles interesses minoritários mais poderosos que, pela dinâmica social, distorcem a vida escolar a seu favor, independentemente do que o educador perceba.

Uma escola deve ser um mundo cultural rico que oferece às crianças múltiplas experiências de formação, e deve utilizar uma avaliação em contextos naturais, concebida como mais um suporte na aventura da aprendizagem. A avaliação como auxílio é um desafio, pois é mais sutil e complexa do que verificar e qualificar.

Uma avaliação profunda do conhecimento das crianças também revela onde as estratégias pedagógicas têm sido mais sucedidas. E onde apresentam necessidades de reorientação, por não terem conseguido ajudar suficientemente as crianças na sua aprendizagem.

Também pode esclarecer deficiências na infraestrutura escolar, inconvenientes nos planos de estudo, falta de recursos para a aprendizagem, ou aspectos negativos na organização escolar e o "ambiente" não pre-

dominante na escola, entre outros aspectos fundamentais.

As mudanças implementadas no campo educacional transformaram profundamente o processo de avaliação.

É importante levar em conta a reflexão em conjunto com o feedback dos alunos para que possam avançar e progredir no seu desempenho, na sua aprendizagem. Pode se ter estratégias muito boas, fazer atividades muito divertidas, situações de avaliação muito motivadoras, mas se não gerenciar ou analisar constantemente os resultados ou analisar a informação, o processo fica pela metade.

O professor deve questionar constantemente como está fazendo, como se modificar, sempre pensando no andamento da aprendizagem dos alunos porque tudo isso também nos leva a tomar decisões que nos aproximem do objetivo, dar feedback e refletir, tomar decisões para fazer ajustes.

A avaliação faz parte do ensino e, neste momento inédito, é também central para rever e fortalecer as propostas pedagógicas implantadas e para se conseguir uma melhor organização da atividade de professores, alunos e famílias.

Entre outros aspectos, a avaliação pode ser realizada de forma qualitativa considerando se os alunos têm conseguido manter o vínculo com a escola e seus professores; se estão tendo acesso às propostas de ensino; resolver as atividades propostas; levantar dúvidas, questionar, opinar; aprofundar os conhecimentos específicos sobre as diferentes disciplinas e realizar atividades educativas de forma autónoma, sozinho ou com outras pessoas que os acompanhem.

Uma avaliação deve ser proposta como atividade reflexiva tanto do ato de ensinar quanto do ato de aprender, ou seja, uma avaliação de ação e compromisso que permita avançar na melhoria das Instituições e na qualidade da educação, que ajude a desvendar as pequenas e grandes inconsistências e superá-las.

Em suma, a avaliação deve ter um caráter formativo, que informe sobre possíveis reorientações, ajude a estabelecer prioridades, clarifique melhor os objetivos e promova uma utilização mais eficiente dos recursos. A avaliação deve servir para ver os desequilíbrios de determinadas políticas, e tem de se tornar um elemento de reflexão individual e coletiva sobre o que fazemos e sobre o que somos, para ser o que dizemos que queremos ser.

A DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Para atuar como docente na Educação Infantil deve se ter um olhar instrumentalizado e potencializado para perceber na escuta um "canal" que, se bem exercido, poderia dar voz e vez às crianças e aos bebês e mostrá-los como seres potentes, únicos e protagonistas do próprio aprendizado.

Como corrobora FREIRE (2007) procurar entender as linguagens das crianças, assim como identificar os seus pensamentos e desejos representa uma condição base para que os docentes produzam resultados altamente positivos em relação a busca do comportamento inclusivo relacionado com o protagonismo infantil desenvolvido pelas crianças das séries iniciais do ensino fundamental no país.

A lei de diretrizes e bases da educação nacional criada ainda no final do século XX mais precisamente em 1996 reconheceu esta necessidade dos professores educadores do ensino regular elaborar os seus planejamentos de aulas direcionados a educação infantil com os objetivos primeiro de buscar este processo de inclusão e do protagonismo das crianças.

Na Revista Magistério 3, A doutora em Educação Suely Amaral Mello (2014), corrobora a respeito das crianças e suas aprendizagens:

As crianças aprendem desde que nascem, mas aprendem de um jeito próprio em cada idade. Quando nos preocupamos em perceber aquilo que o bebê é capaz de fazer desde pequenininho – em vez de olhar apenas aquilo que ele ainda não consegue fazer -, percebemos como o bebê se relaciona com o mundo que o rodeia por meio do olhar, do gesto, do movimento, por meio daquilo que vê, pega, leva à boca, explora. É esse o sentido do aprender quando a criança é pequeninha. (2014, p.46)

Para BARBOSA (2008) a pré-escola no Brasil está procurando transformar o seu conceito onde sempre predominaram as condições assistencialistas e afetivas que não exige qualificação acadêmica dos profissionais professores e também não busca transformar o comportamento das crianças que apresentam dificuldades de aprendizado através dos métodos pedagógicos da escuta que é possibilitado pela atividades escolares que propõem o desafio para estas crianças poderem pensar e opinar dentro da sala de aula.

Como mostra VEIGA (2001) sem as transformações que foram provocadas a partir da lei de diretrizes e bases a educação infantil no país não teria evoluído e estaria num patamar de atraso comparado as nações subdesenvolvidas que não tem uma educação infantil de base de qualidade para as crianças.

Assim para promover uma educação inclusiva e o protagonismo infantil que é mostrado como uma condição relevante no

comportamento da formação educacional das crianças que frequentam o ensino de base das séries iniciais deve ter a frente profissionais capacitados para a condução da organização das didáticas direcionada para este público infantil.

Sobre esta condição dos profissionais entender a fala e o pensamento das crianças da educação infantil para que possam desenvolver o seu comportamento, a opinião de KINNEY (2009) é bastante relevante quando ressalta que;

Os profissionais educadores ao desenvolver os seus planos de aula devem ser direcionados para as condições que possibilitam entender as principais necessidades deste público infantil, compreender as suas formas de comunicação e a partir destas condições procurar alinhar a sua didática de acordo com as especificidades e capacidades de cada criança (Kinney).

São estas condições que o projeto de ensino encontra a sua justificativa e os objetivos a serem cumpridos que é procurar desenvolver estratégias que possibilitam os professores alcançarem o desenvolvimento do comportamento dentro da sala de aula deste universo de alunos da formação educacional infantil.

SENGE (2005) defende que a didática apresentada deve ser preparada de modo que possa buscar explorar as potencialidades de cada criança e assim promover a inclusão e o ensino que faz realmente surgir as transformações tão necessárias para construir cidadãos com personalidades e opiniões próprias.

Deve se observar neste contexto que o modelo de ensino da educação infantil que está sendo idealizado para este projeto educacional da linha de pesquisa da docência não é definitivo e acabado, pois leva em consideração que para colocá-lo em prática em países como o Brasil necessita de ajustes constantes de forma periódica para que possa ser adaptado a nossa realidade cultural em relação a educação infantil praticada em cada região do país.

E o primeiro passo rumo a esta transformação é procurar capacitar de forma adequada os nossos profissionais educadores no sentido de procurar entender as diversidades de linguagens que este público infantil tem a capacidade de produzir.

Observa se a partir da experiência desenvolvida em diversas regiões do país vem mostrar de forma acentuada que a criatividade das crianças apresenta uma grandeza infinita e que precisa de profissionais da educação com capacidade para ser explorada e produzir resultados capazes de provocar transformações na sua personalidade.

Outra observação importante é que apesar de algumas experiências isoladas que está sendo praticada no Brasil em relação ao modelo de ensino infantil que está sendo proposto no projeto de ensino a educação para crianças no país ainda vai demorar muito para alcançar este estágio de qualidade, principalmente quando se trata de ensino público devido aos problemas estruturais sociais e culturais que fazem parte da formação educacional das crianças.

Como mostra VEIGA (2001) visualizar a criança na sua formação de base como sujeito crítico e construtor de pensamento e ideias, principalmente como elemento integrante da sociedade faz parte do papel do professor educador dentro da realidade do ensino aprendizagem moderno.

E um dos instrumentais mais indicados para exercer esta proposta é lançar mão da interdisciplinaridade, onde as mais diversas disciplinas tem como função dentro deste processo pedagógico de complementar os conhecimentos impostos aos alunos.

OS DIFERENTES TIPOS DE ESPAÇOS

Para compreender o ser humano é preciso tentar entender a sua historicidade e a sua geograficidade, por isso a importância de se conhecer o significado dessas palavras. Na definição da professora Marieta Nicolau:

Historicizar: significa o processo de compreensão da história seja de ordem econômica, cultural, social ou política considerando também seus antecedentes.

Implica também conhecer e entender o indivíduo a partir de sua história e experiência de vida.

É também importante que a escola vá propiciando espaços de ressignificação constantes dessa história individual de forma que o indivíduo possa compreender-se em sua singularidade e na complexidade das relações que o envolvem.

Geograficidade: significa compreender o lugar através de suas necessidades existenciais, quais sejam, localização, posição, mobilidade, interação com os objetos e/ou com as pessoas. O lugar é o espaço da existência e coexistência."

A criança se socializa através dos conhecimentos adquiridos em seu meio ambiente. A partir do momento que começa a frequentar a escola, em seu período de Educação Infantil, a criança vai formando a sua identidade, seus valores vão sendo transformados ao mesmo tempo em que outros vão sendo assimilados, ela já se sente parte integrante no tempo e espaço.

Na escola ou fora dela os brinquedos e brincadeiras estão intimamente ligados ao processo de socialização infantil, pois através

deles as crianças aprendem a brincar com o tempo e o espaço, assumem papéis diversos na sociedade, começam a conhecer jogos e brincadeiras tradicionais que faziam parte da infância e história de seus pais e percebem que elas próprias reinventam e reconstroem a sua história.

A professora Marieta Nicolau enfatiza que "os brinquedos e as brincadeiras são fios condutores de nossas reflexões sobre a compreensão de mundo pelas crianças" e ilustra com dois exemplos:

Exemplo 1

Nicolau (2003, p.20) lembra que na apresentação da obra Os dois de Brasis, de Jacques Lambert (19590, publicada pelo INEP, há uma referência a

Euclides Da Cunha quando o grande escritor brasileiro afirmou: "uma viagem no Brasil implica, frequentemente, não apenas um deslocamento no espaço, mas também no tempo."

A autora nessa mesma obra, apresenta outra afirmação sobre a área educacional focalizando na cultura brasileira, tão enriquecida, de local para local.

Esta constatação nos remete à necessidade de buscar um planejamento de atividades flexíveis na Educação Infantil, de modo que se considere que:

- cada criança e as pessoas que com ela interagem têm suas próprias

histórias,

- cada grupo de crianças mostra interesses peculiares;

- cada grupo de crianças retrata valores diversos e aproveita mais ou menos a troca de ideias que acontece no cotidiano da creche e da pré-escola.

A Educação Infantil propicia para a formação de pessoas cidadãs a partir de sua contribuição social.

Exemplo 2

Pacheco (2002, p. 2) considera em sua obra "A criança e o lúdico" que o brincar é visto como sonhar, ser livre, fantasiar, recriar, descobrir, construir... é o jeito de viver o mundo, é o jeito de ser. Brincando, a criança é um ator participativo e é construtora de sua história, pois é através do jogo enquanto mecanismo imaginário que a criança realiza todos os seus desejos, mesmo que o mundo real impeça."

A organização do tempo na Educação Infantil

Tempo na definição do dicionário Aurélio é "a sucessão dos anos, dos dias, das horas etc., que envolve, para o homem, a noção de presente, passado e futuro: o curso do tempo. Momento ou ocasião apropriada para que uma coisa se realize".

Para os adultos organizarem o tempo é uma estratégia fundamental devido ao acúmulo de funções no seu dia- a- dia. Para a criança a organização do tempo faz com que ela consiga desenvolver suas atividades de forma independente sem a dependência de um adulto, contribuindo para o seu amadurecimento.

A professora Neide Noffs verbaliza que para que a rotina seja organizada é necessário:

"Favorecer a interação entre as crianças; trabalho com grupo- classe, subgrupos, em que as iniciativas tanto da criança como a do professor sejam alteradas;

Propiciar situações em que a criança possa tomar decisões, escolher qual ação ela quer vivenciar;

Propiciar situações de trabalho em diferentes espaços- sala de aula, pátio, excursões, salas- ambientes;

Propiciar situações de planejamento/ execução/ organização do espaço/ de registro/ de recreações livre e dirigidas/ de ações espontâneas/ ou dirigidas, enfim, participar de atividades diversificadas utilizando diferentes linguagens;

Identificar os materiais de que a classe dispõe: materiais didáticos, brinquedos, jogos etc.;

Organizar a rotina com a própria criança, por meio da questão: o que vamos fazer hoje?"

Segundo o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (RCNEI, 1998), o tempo pode ser organizado em três modalidades: atividades permanentes, sequência de atividades e projetos de trabalho.

Zabalza (1998) determina que "o espaço refere-se ao espaço físico, ou seja, aos locais, para a atividade caracterizados pelos objetos, pelos materiais didáticos, pelo mobiliário e pela decoração. Já o ambiente refere-se ao conjunto do espaço físico e às relações estabelecidas no mesmo."

As noções de localização e de orientação devem estar presente na vida dos indivíduos e também serem incorporadas na construção progressiva de espaço, em diferentes visões.

Para Ostetto (2002) a elaboração da rotina deve ser de cinco referenciais de planejamento a seguir:

"Planejamento baseado em listagem

de atividades;

Planejamento em datas comemorativas;

Planejamento baseado em áreas de desenvolvimento;

Planejamento baseado em temas;

Planejamento baseado em conteúdos organizados por áreas de conhecimento."

De acordo com Madalena Freire (2002) em sua obra "A paixão de conhecer o mundo" retrata que a rotina de trabalho deve conter o objetivo de situar as crianças num espaço e num tempo definidos e concretos:

A gente vai para o parque, depois do lanche, não é?

Já chegou a hora da mãe chegar? (referindo-se à hora da estória);

Depois do parque é que vem a história, não é?

Já acabou a roda? Vamos desenhar?

Ficamos tanto tempo na roda que chegou até a hora do lanche.

A hora da história constitui-se num indicador de tempo: está perto da mãe chegar.

De acordo com os relatos de Madalena Freire, o cotidiano da escola deve ser importante para propiciar uma rotina de modo rígido, podendo ser flexível durante o dia de acordo com o interesse das crianças.

Recomendações na organização do tempo

Para a professora Neide Noffs música é uma excelente ideia quando é preciso mudar de atividade na rotina diária, pois as crianças nunca querem parar o que estão fazendo, recomenda também evitar sinais agressivos como apito e gritos pois tendem a soar como punição.

Depois de algumas reflexões sobre a organização do tempo e do espaço; a seguir tratarei de algumas considerações importantes para o desenvolvimento das crianças como: o panorama para a Educação Infantil; O espaço para a infância como contexto de aprendizagem e a estrutura da sala de aula.

Muitas vezes os educadores passam por situações com crianças entre doze e vinte e quatro meses se agredindo principalmente através de mordidas ou com grupos de crianças a partir dos três anos brigando quando estão brincando, comendo ou tomando banho. Isso acontece porque é difícil dar atenção a todas ao mesmo tempo, percebe-se assim que é preciso dar um tempo de espera para atendê-las nas suas diversas atividades pois sempre há crianças mais experientes que não conseguem esperar a sua vez.

A professora Ana Maria Mello diz que "é preciso refletir sobre a organização do tempo e do espaço nas unidades de Educação Infantil. Precisamos analisar as oportunidades para as crianças se apropriarem do mundo que estão inseridas. Devemos observar as crianças que ficam na escola de 5 até 10 horas para vermos se elas conseguem fazer amigos, brincar, ouvir história e músicas, dormir com o sossego do tempo da infância."

O tempo não será nosso inimigo desde que não seja usado de forma a nos manter prisioneiros a ele.

Tomemos como exemplo uma creche; as crianças não precisam necessariamente almoçarem na mesma hora muito menos dormirem na hora em que lhes são mandadas. Muitas vezes o espaço não é utilizado de maneira apropriada para crianças e adultos levando em conta também que os espaços na educação pedem reformas de pintura, jardinagem, brinquedos seguros, areia limpa etc.

O PAPEL DOCENTE NA ORGANIZAÇÃO DA SALA DE AULA

A participação do professor na organização da sala de aula é fundamental, pois ele introduz suas intenções educativas e seu método de trabalho para a criação de um ambiente com contexto de aprendizagem.

Nessa tarefa o professor deve considerar além de seu projeto educacional, os recursos e as condições como os espaço, a iluminação, o piso, o mobiliário, as salas, o número de alunos etc., para decidir que tipo de atividade possa desenvolver com seus alunos. Deve selecionar os recursos que possam ser utilizados na atividade.

O espaço pedagogicamente elaborado pelo professor deve conter outros aspectos de seu planejamento para uma possível observação e avaliação em relação a sua possibilidade de influenciar a conduta da criança. É papel do professor observar reflexivamente para avaliar se a configuração do ambiente responde de maneira eficaz às propostas educativas assumidas.

A avaliação e a revisão do ambiente devem ser feitas pelo professor em diferentes momentos. A autora apresenta outros tipos de recursos que devem ser desenvolvidos pelo professor logo no início do ano letivo.

O processo contínuo de avaliação pode resultar na necessidade de se reformular o projeto educacional, ou a organização do ambiente, ou de simplesmente aperfeiçoá-la. Tanto um quanto o outro requerem do educador uma contínua reflexão sobre suas intenções educativas."

A instituição de Educação Infantil precisa conter espaços adequados para o desenvolvimento de diversas atividades e também para a eliminação de barreiras arquitetônicas.

Outro fator referente da escola é o tamanho do pátio que as crianças brincam e de seus recursos. São fatores que o professor deve considerar para o planejamento e a construção do espaço.

Lina recorre a Zabalza para a importância do espaço que pode favorecer ou dificultar o desenvolvimento das atividades educativas. O ambiente deve ser próprio ou limitante de acordo com a sua organização e os objetivos e métodos educacionais como sendo "contexto de aprendizagem".

Considerando que a noção de espaço escolar envolve os objetos distribuídos em determinados lugares e a relação que se estabelece entre eles e as pessoas que o frequentam, a autora propõe que sejam levados em conta três aspectos na organização dos espaços da instituição de Educação Infantil:

Aspectos que interferem na tomada de decisão do professor

Serão apresentados os elementos contextuais, os modelos pedagógicos, os elementos pessoais e o planejamento didático.

Elementos Contextuais

Os elementos contextuais são divididos em macro contexto (ambiente e escola) e micro contexto (salas e espaços anexos).

No macro contexto são lembradas as condições climáticas como o frio, o calor, a quantidade de chuva, existência de espaços cobertos e espaços abertos como fatores que devem ser levados em conta pelo educador quando planeja o espaço.

No macro contexto também são encontrados os recursos do ambiente como os espaços naturais existentes, sobre os quais o professor pode transformá-los em contexto de aprendizagem.

Os elementos do micro contexto são a sala de aula e os espaços anexos que apresentam em seu planejamento os elementos estruturais, o mobiliário e os materiais.

Os elementos estruturais da sala de aula são aqueles usados na organização das atividades e também a existência de espaço anexo, a dimensão da sala, a posição das janelas, a existência e a localização de pontos de água, a existência de armários embutidos ou estantes fixas, o tipo de piso.

O mobiliário interfere na organização do espaço devido à sua quantidade- excesso e falta- e algumas propriedades que facilitam a locomoção e a transformação do ambiente de acordo com as necessidades da criança.

Os tipos de materiais existentes na sala de aula devem estar ao alcance das crianças para provocarem a autonomia sem risco algum. E também devem ser colocados aos poucos para a realização dos projetos que estão sendo desenvolvidos.

Modelos Pedagógicos

O segundo elemento para a tomada de decisões são os modelos pedagógicos que são de interesse do professor e das políticas públicas.

Para Lina o modelo educativo do professor é referente a sua prática do ensino, a sua formação cultural e profissional, sua experiência etc.

De acordo com Lina que o modelo educativo das políticas públicas interfere na organização dos espaços, através de suas diretrizes educacionais determinadas e a escola deve adaptar os seus alunos a essas diretrizes.

Elementos Pessoais

Outro elemento para a tomada de decisões do professor em relação a organização do espaço refere-se as pessoas envolvidas: crianças e professores.

Em relação a criança o professor deve considerar alguns aspectos importantes como: idade, necessidades e características dos locais de onde procede.

A idade da criança está relacionada a sua autonomia. E através das características da criança que o espaço e os materiais devem ser adaptados para que a criança possa manipulá-los com segurança e que também sejam estimulantes para elas.

As necessidades da criança são variáveis de acordo com a idade. Estas necessidades podem ser biológicas, afetivas e sociais. Os espaços devem permitir o descanso e ao mesmo tempo propiciar atividades intensas, devem também guardar semelhança com o lar da criança, para que esta não note a diferença e não sofra muito e que atendam às necessidades dos meninos e meninas.

As características dos locais de onde procedem oferecem alguns elementos para que o professor possa decidir quais as atividades que devem ser desenvolvidas para a organização do espaço.

A escolha das atividades deve conter "dupla função" - de interesse da criança e de possibilitar novas experiências. Quando os materiais e as atividades são conhecidos pela criança, o professor deve auxiliá-la para a ampliação de seu olhar e aprender a diver-

sificá-lo. Quando os materiais e as atividades são novos devem provocar novas experiências. É de extrema importância conhecer as características do ambiente, do qual as crianças vieram para organizar as atividades e o espaço que atendam essa dupla função.

Além do modelo educativo que o professor adota, outras características influenciam também nas suas decisões: seus valores, sua ideologia, sua experiência profissional e a sua criatividade etc.

Modelo Didático

O último elemento para a tomada de decisões que interfere na organização do espaço refere-se ao Modelo Didático adotado pelo professor. A organização da sala deve ser observada pelo professor para o desenvolvimento de suas definições metodológicas. Se pretende trabalhar "com cantos, oficinas, unidades didáticas, centros de interesse, método de projetos."

Para o desenvolvimento das atividades o espaço deve estar organizado para que o professor possa distribuir os materiais e as atividades para as crianças de modo organizado. As decisões sobre o projeto pedagógico devem conter a metodologia usada pelo professor, a fim de definir como deve estar organizado o espaço como uma estrutura de estímulos e de oportunidades para as crianças expandirem suas experiências.

Critérios de organização do espaço

São propostos alguns critérios para orientar a organização dos espaços para as crianças brincarem. Estes critérios devem favorecer a escolha, a autonomia, a segurança, o atendimento das necessidades da criança e sua formação ética e estética.

É através desses princípios que a autora propõe que as salas estejam organizadas por áreas de atividades que possibilitem a escolha dos objetos pelas crianças. Essas áreas facilitam a autonomia da criança e devem ser de entendimento fácil.

Outro aspecto que pode facilitar o desenvolvimento da autonomia da criança refere-se à acessibilidade do mobiliário e do material. Para que o educador possa trabalhar em grupo é necessário que ele de liberdade para a criança desenvolver a sua autonomia.

Os mobiliários e os materiais devem estar organizados de modo que a criança tenha uma maior segurança em manuseá-los.

A autora sugere algumas diversidades para atender as necessidades da criança:

Diversidade de áreas- dividida em dois momentos: uma diversidade muito estruturada, na qual a atividade indica como deve ser feita esta atividade e uma outra diversidade pouco estruturada que permite a realização desta atividade de várias maneiras;

Diversidade de agrupamentos- possibilita que as atividades possam ser feitas com todo o grupo ou em grupos pequenos;

Diversidade de posição corporal- possibilita que as atividades sejam

feitas de diferentes maneiras como: sobre a mesa, sentado, de pé, deitado no chão etc.;

Diversidade de conteúdo- as atividades devem estar relacionadas com as atividades propostas no projeto curricular da escola como: de comunicação, jogos, expressão plástica, movimento etc. e de "gestão e serviço" como: exposição de trabalhos, armazenamento de material, lavabo etc.

Outra sugestão referente a organização da sala de aula é a questão estética, a fim de transformar a sala agradável e ao mesmo tempo educar "a sensibilidade artística da criança". Propõe que seja harmoniosamente colorida, original, criativa e personalizada (com a participação do aluno, para que reflita sua identidade) e que ainda inclua réplicas de obras de arte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação de professores é uma prática que precisa de um compromisso ativo, pois sendo tão dinâmica exige atualização constante, ou seja, cada professor deve ter boa formação e preparo, e ter alta capacidade pedagógica, pois os desafios do ensino exigem técnicas atuais para ensinar as pessoas com diferentes formas de entender a informação.

Além disso, para ser professor é preciso ter vocação, ou seja, ter vontade de desenvolver suas aulas, ser proativo na didática que administra e sentir paixão por conseguir mais.

Um professor pesquisador é aquele que participa da articulação das teorias presentes em suas próprias práticas, com base no conceito de interdisciplinaridade, que se baseia em combinar várias disciplinas, para interligá-las e, assim, potencializar as vantagens de cada uma, evitando o desenvolvimento de ações isoladas, dispersas ou fracionadas.

Para ele, a pesquisa é uma busca e investigação sistemáticas aliadas à autocrítica que exige a união de fato entre teoria e prática, entre saber e fazer.

Todos os professores podem continuar a desenvolver-se na sua vida profissional de acordo com a sua formação académica, experiência, responsabilidade, desempenho e competências. Algumas dessas formações

podem ser, bacharelado, mestrado, doutorado ou especializações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Fernando José. A expansão da aula essencial. Revista Magistério 2. Secretaria Municipal de Educação. São Paulo. 2014.

_____. O resgate de aula essencial. Revista Magistério 1. Secretária Municipal de Educação. São Paulo. 2014.

BARBOSA, M. C. S. HORN, M. G. S. Projetos pedagógicos na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FREIRE, Madalena. A paixão de conhecer o mundo: relato de uma professora. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

KINNEY, L.; WHARTON, P. Tornando visível a aprendizagem das crianças.

Porto Alegre: Artmed, 2009.

LUCKESI, Cipriano. Avaliação da aprendizagem escolar. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1997. 180 p.

MELCHIOR, Maria Celina. O sucesso escolar através da avaliação e da recuperação. 2. ed. Porto Alegre: Premier, 2004. 101 p.

MELLO, Sueli Amaral. Os bebês como sujeitos no cuidado e na educação na escola infantil. Revista Magistério 3. Secretária Municipal de Educação. São Paulo. 2014.

ROMÃO, José Eustáquio. Avaliação dialógica: desafios e perspectivas. 3. ed.

São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2001. 136 p.

SOARES, Francisco José. Currículo e Avaliação; Diálogo Necessário. Revista Magistério 4. Secretária Municipal de Educação. São Paulo. 2015.

VEIGA, Ilma Passos A. Projeto Político Pedagógico: Uma construção coletiva. 2ª edição São Paulo: Papirus, 2001.